



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE JORNALISMO**



Mírian dos Santos Neves

ALÉM DO TEMPO
Uma viagem pelas identidades de Antônio Preto

Produto jornalístico: Livro de memórias

Mariana
2025

MÍRIAN DOS SANTOS NEVES

ALÉM DO TEMPO

Uma viagem pelas identidades de Antônio Preto

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rondon
Marques Rosa

Mariana
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N513a Neves, Mirian Dos Santos.

Além do tempo [manuscrito]: uma viagem pelas identidades de Antônio Preto. / Mirian Dos Santos Neves. - 2025.
33 f.: il..

Orientador: Dr. Rondon Marques Rosa.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Biografia. 2. Jornalismo - Aspectos sociais. 3. Jornalismo e literatura. 4. Memória coletiva. 5. Negros - Identidade racial. 6. Tradição oral e literatura. I. Rosa, Rondon Marques. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 305(=013)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
GABINETE DA REITORIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mírian dos Santos Neves

ALÉM DO TEMPO
Uma viagem pelas identidades de Antônio Preto

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto
como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 20 de agosto de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Rondon Marques Rosa - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP)
Prof. Dr. Evandro José Medeiros Laia (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP)
Prof. Dr. Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP)

Rondon Marques Rosa, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rondon Marques Rosa, CHEFE DE GABINETE**, em 04/09/2025, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0973347** e o código CRC **EF5F2906**.

Dedico este trabalho aos meus ancestrais, ao meu filho Omo Omi, a minha família, aos amigos e às comunidades Riacho de Baixo e Barro Vermelho.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer palavra escrita, há um caminho trilhado. E antes do caminho, há o trabalho dos que prepararam o percurso. Por isso, em primeiro lugar, saúdo a força dos orixás e de meus ancestrais, essas raízes que me sustentam e do qual agradeço por cada encruzilhada vencida. Essa obra só foi possível porque Exu é presença, é caminho e é a minha visão. Agradeço aos meus alicerces espirituais, por não soltarem minha mão nem nos momentos em que faltou fé. Foram eles que abriram as portas das viagens mais belas: a busca de cura e o reencontro comigo mesma. O reflexo que encontro no espelho me enche o peito de orgulho, isso graças a vocês.

Sou feita de muitos pés e de muita labuta. Herdeira de uma luta que atravessa gerações em busca da dignidade, da educação e do sonho. E se hoje consigo registrar a minha trajetória e a de tantas outras pessoas, por meio da literatura, é porque muitos vieram antes de mim, resistindo, sonhando e semeando possibilidades.

Ao homem que me ensinou que a vida é pura resistência e poesia, meu avô, Antônio Preto, deixo um agradecimento que não cabe em palavras. Conhecer sua história foi um mergulho na linha do tempo e abrir as janelas para outro mundo. Me ensinou a desejar viver e honrar a ancestralidade, oralidade e memória. Hoje, tenho certeza que não ando só. Consigo reconhecer quem se faz presente e isso é potente. Transformador. As dores que um dia carreguei, todo o sofrimento, encontraram o caminho da cicatrização, marcas que me lembram de onde vim e para onde sigo.

Com o coração cheio de gratidão, agradeço ao preto velho Pai Joaquim de Angola, que caminhou ao meu lado desde o início. Sua sabedoria me trouxe novos olhares, respostas e conhecimento. Busquei por humildade, paciência e escuta atenta, e recebi, em troca, aprendizados profundos que moldaram esse processo. Venho aprendendo a me impor, a erguer a voz contra os silenciamentos, e a me conectar com minha essência, sempre mantendo o bom caráter e o que acredito.

Não é possível caminhar só, e por isso celebro as mãos que me sustentaram. Agradeço imensamente a Domingas, vulgo mainha, porto seguro, apoio e base desde quando tudo era uma pequena ideia. Aos meus tios Edson e Zé, obrigada por acreditarem em mim e apontar direções quando eu me senti perdida. Nossas conversas tiveram extrema importância nas decisões dos próximos passos. À Tia Bel, que desde cedo apostou alto: “Você vai longe, garota”. Suas palavras me impulsionaram para frente. Aos meus irmãos, Gessé e Felipe, que

me mostraram que não há cura completa na solidão. A partilha coletiva também é medicina. Vocês são companhia.

Agradeço profundamente a todas as pessoas que abriram as portas e acolheram o meu projeto de peito aberto. Foi em companhia de um café, almoço ou lanche que me permitiram conhecer um pouco de suas trajetórias. Tenho orgulho de dizer que vocês são minha comunidade: Dona Helena e Pedro, tio Vitorino, Josefa (em memória) e Claudinei, Maria Imaculada, Andréia e Adriana, Regina e Cleusa, Tia Cris, Suellen e Ronaldo, Odila e Tim, Nadir e Ferreirinha, Dona Esperança, Joacyr e sua companheira, Noemi, Tia Dalva, Eresinha e seu marido, Joelma, Eva, Cidinho, Tio Arlindo (em memória), João Pereira e tantos outros.

Ao território de onde venho, Riacho de Baixo e Barro Vermelho, solo sagrado que me moldou. A República Rivotril, que foi casa, colo e cozinha de desabafos. Minhas primas Carla e Claudinha, que foram minha família em terras mineiras. Aos amigos que a Universidade me deu e que viraram referências de vida: Klevilaini, Brunely, Beatriz, Maria Eduarda, Sávio e Matsu, muito obrigada por ensinarem todos os dias o significado de aquilombamento.

Minha gratidão ao professor Rondon Marques, que aceitou o desafio de pegar o bonde andando e, com paciência e generosidade, nunca deixou de acreditar em mim. Obrigada por sua orientação e por não desistir, mesmo quando eu muito quis.

Sou feita de encontros. E cada um deles me empurrou um pouco mais na direção do sonho. Aquilombar é isso: construir caminhos em conjunto, dividir o peso, celebrar a chegada. Ao Coletivo Vila Pobre, que confiou na minha palavra e na potência da minha voz, o meu mais sincero agradecimento.

Hoje, me sinto inteira. Feliz e realizada. “Além do Tempo” é o corpo de uma memória coletiva, um sonho partilhado que agora se faz presente.

Obrigada por fazerem parte disso. Axé!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é ocupar o espaço de produção da literatura jornalística com o desenvolvimento de uma obra que aborde experiências sociais de identidades negras, a partir de uma perspectiva que valorize o potencial de uma escrita fiel às subjetividades produzidas por cada indivíduo envolvido no processo, articulando a relação entre oralidade, memória e ancestralidade. Por meio da transmissão oral, traça-se um percurso de mergulho no espaço-tempo para revisitar a trajetória de vida do personagem central, Antônio Preto (1911 a 1999): homem negro, sertanejo, retinto, que viveu entre a caatinga do interior da Bahia e as promessas urbanas de São Paulo. O livro de memórias que resulta desse processo explora, de forma criativa, a construção de um espaço que reúne experiências evocadas no processo de rememoração, registrando a existência do personagem e a herança cultural produzida pelas comunidades de Barro Vermelho e Riacho de Baixo, no município de Riacho de Santana (BA). Com base em encontros com familiares e moradores, além de cartas, vídeo-registros e fotografias, a narrativa propõe uma abordagem sensível que rompe com lógicas hegemônicas de apagamento histórico, trazendo à tona modos de existência que resistem ao tempo, à exclusão e ao silenciamento. A obra também discute as consequências da tentativa de genocídio da população negra no Brasil e os atravessamentos que marcam o corpo negro na diáspora, a partir do recorte das vivências de um homem de pele retinta, moldadas pelo contato com a seca, a fome e o preconceito racial no interior da Bahia. Estruturado em três partes: Rumo a São Paulo, Interior da Bahia e Árvore, o livro carrega, do início ao fim, a voz da autora que se apropria da escrevivência, conceito cunhado pela grande intelectual Conceição Evaristo (1995), como ferramenta de travessia para adentrar ao espiral do tempo.

Palavras-chave: Memória; Oralidade; Jornalismo de subjetividade; Identidade negra; Escrevivência

ABSTRACT

The objective of this work is to occupy the space of journalistic literature production through the development of a work that addresses the social experiences of Black identities, from a perspective that values the potential of writing that remains faithful to the subjectivities produced by each individual involved in the process, articulating the relationship between orality, memory, and ancestry. Through oral transmission, a journey unfolds across space and time to revisit the life story of the central character, Antônio Preto (1911–1999): a Black man, from the Brazilian backlands, dark-skinned, who lived between the caatinga of Bahia's interior and the urban promises of São Paulo. The memoir that emerges from this process creatively explores the construction of a space that brings together experiences evoked during the act of remembrance, recording the existence of the character and the cultural heritage produced by the communities of Barro Vermelho and Riacho de Baixo, in the municipality of Riacho de Santana (BA). Based on meetings with family members and residents, as well as letters, video recordings, and photographs, the narrative proposes a sensitive approach that breaks away from hegemonic logics of historical erasure, bringing to light ways of existence that resist time, exclusion, and silencing. The work also discusses the consequences of the attempted genocide of the Black population in Brazil and the experiences that shape the Black body in the diaspora, through the lens of the life of a dark-skinned man marked by drought, hunger, and racial prejudice in the interior of Bahia. Structured in three parts: Rumor a São Paulo, Interior da Bahia, and Árvore, the book carries, from beginning to end, the voice of the author, who embraces *escrevivência*, a concept coined by the great intellectual Conceição Evaristo (1995), as a tool of passage to enter the spiral of time.

Keywords: Memory; Orality; Subjective Journalism; Black Identity; *Escrevivência*;

SUMÁRIO

1 Introdução	9
2 O Colorismo e Um Defeito de Cor	11
2.1 Raça: Tornar-se Negro	12
2.2 Afrodiáspora: Os Condenados da Terra	15
3 Metodologias e o Averso da Pele	19
3.1 Subjetividades: O Negro Visto Por Ele Mesmo	20
3.2 Tradição Oral: Becos da Memória	24
4 Torto Arado	28
5 Considerações Finais	31
6 Referências	33

1 Introdução

De que maneira a memória coletiva pode contribuir para a construção de uma narrativa que represente dignamente as identidades de Antônio Preto? Este Trabalho de Conclusão de Curso busca experimentar desenvolver a tríade da memória, oralidade e escrita de si, a partir do desenvolvimento de uma obra literária que reflita sobre como as técnicas de produção dessas narrativas podem influenciar nos modos de ser e estar no mundo. Para isso proponho abordar, aqui nesse memorial, todo o processo de elaboração de um produto jornalístico focado no desejo de resgatar para o tempo presente a história de vida de um homem negro, oriundo do sertão da Bahia. Além disso, que tem como objetivo garantir que sejam expostas possibilidades de produção de um jornalismo de subjetividade, envolvido pela qualidade desde o seu momento inicial de concepção, e promovendo a ética em uma ação de combate a reprodução de violências associadas ao corpo negro.

O projeto “Além do Tempo” tem como objetivo criar um espaço que possibilite o registro da existência de Antônio Pereira dos Santos. Nascido em 11 de outubro de 1911, na cidade de Riacho de Santana, o personagem a ser representado na obra literária é filho de Jesuína Maria da Conceição e Otaviano Pereira da Costa. Entretanto, o responsável pela sua criação foi o fazendeiro Justino Soares Borges. Em sua infância e adolescência Antônio Preto “brincou” exercendo o papel de “pau para toda obra”, como lavrador, vaqueiro e encarregado de Justino. Em busca de melhores condições de vida encontrou apoio na educação básica e empenhou esforços para aprender sozinho a ler e escrever. O conhecimento adquirido no processo o incentivou a se mudar ainda jovem para São Paulo, em busca de oportunidades de trabalho. Depois de um período de tempo retornou para à Bahia. Em 1999, um mês após o casamento de sua filha mais nova, veio a falecer de tuberculose. Todavia, ao crescer em um ambiente marcado pela seca, fome e miséria, e carregar o tom de pele retinto em um Brasil no período “pós” abolição da escravidão, as tecnologias que cultivou para permanecer vivo nesses contextos se concretizam como a herança cultural deixada para as suas próximas gerações.

Nesse sentido, proponho o debate sobre as questões sociais que atravessam o negro da diáspora, bem como elas estão diretamente ligadas na construção de representações imagéticas veiculados pela mídia brasileira e de que forma essas representações influenciam na concepção de um imaginário social marcado por estereótipos. Partindo da crença de que os discursos jornalísticos que circulam no cotidiano integram as relações com o mundo, desenvolvidas pelos sujeitos sociais, seja na conformação das histórias pessoais das visões de

mundo, dos critérios de julgamento etc., como é possível intervir na reprodução desses estereótipos e na legitimação de uma história única? É o que buscamos compreender ao realizar a investigação de metodologias que possam contribuir para traçar novas possibilidades do fazer jornalístico.

A pesquisa que fundamenta toda a estrutura deste trabalho inicia o caminho de discussão teórica buscando pautar os efeitos da concepção de raça no Brasil, que é considerado um dos países mais coloridos do mundo. Também quer compreender sobre de que forma os impactos dos conflitos com a identidade racial estão atreladas aos estereótipos reforçados pela mídia brasileira? Além disso, proponho refletir sobre as possibilidades de rompimento dessas práticas a partir da construção de perspectivas imagéticas que partam do próprio negro, entendendo que ele pode ser o responsável por representar a si mesmo. Para isso, observo a necessidade de abordar a relevância do reconhecimento da diversidade das identidades e das produções culturais afro-diaspóricas dentro das narrativas jornalísticas. Uma vez que, reconhecer o trajeto de luta e resistência traçado por nossos ancestrais é fundamental para compreendermos as possibilidades de seguir existindo no futuro.

2 O colorismo e um defeito de cor

O desejo de mergulhar em um trajeto de volta até a história de Antônio Preto é mobilizado pela necessidade de compreender sobre uma identidade que estava em crise: a minha. Apesar das violências vividas durante a infância e adolescência, motivadas pela condição racial, aos dezoito anos eu ainda não me reconhecia enquanto mulher preta. Tinha convicção que era branca demais para ser considerada como negra, porém carregava características físicas suficientes que me impossibilitavam de ser aceita como branca: o cabelo crespo, a boca carnuda, a gengiva escura e o nariz achatado.

O conflito com a identidade racial me levou a buscar pelas fotografias de família. Elas foram fundamentais para me resgatar através da memória, a certeza de que sou a continuidade da luta de gerações de pessoas de cor. Além disso, foi a partir do contato com registros de momentos vivenciados por minha família, que percebi o meu desconhecimento sobre a minha história, e consequentemente, sobre a trajetória de vida de meu avô, Antônio Preto. O homem que se destacou entre todos nas fotografias, justamente por ter a cor mais retinta. Hoje compreendo que o impacto de meu conflito com a identidade racial é resultado das violências produzidas pela estrutura racista que orienta o Brasil. Pois, infelizmente, embora seja marcado pela diversidade étnica, as consequências deixadas pela política pública que projetou a mestiçagem, corroboram para o fortalecimento de uma discriminação que separa os indivíduos dos elementos sociais e culturais de sua comunidade e os leva a crer que não possuem o direito de pertencimento dentro de seu grupo étnico.

Por esse motivo é que proponho neste capítulo uma análise sobre as consequências da política de branqueamento da população brasileira: a fim de compreendermos sobre como a concepção da ideia de raça ainda possibilita a livre atuação do racismo no país e dificulta o processo de construção da consciência racial. Para isso, também proponho um mergulho na História do Brasil com a finalidade de explorar o movimento de produção cultural resultante da afrodíaspóra, as tecnologias desenvolvidas e os modos de organização das comunidades quilombolas, que se formaram em virtude do processo de desterritorialização; e a relevância dessas ferramentas na luta contra o sistema opressor.

Em síntese, parto do pressuposto de que é dentro de cada território que acontecem as produções transculturais de saberes identitários, bem como o desenvolvimento das ferramentas que viabilizam o fortalecimento das comunidades afro-brasileiras. A ação de buscar pelo reconhecimento da trajetória dos corpos que cruzaram o Atlântico e trataram de reconstruir os elementos que hoje compõem a história do negro no Brasil procede do desejo

de percorrer um caminho em contraposição ao projeto de criação de uma única identidade nacional.

2.1 Raça: Tornar-se negro

A construção do Brasil é baseada na política de branqueamento da população, que foi proposta como uma solução para resolver o “problema” da nação: a presença de pessoas de pele negra. Fundamentada na classificação que compõe a ideia de raça, essa política colonial nasceu da necessidade de sustentar os mitos europeus criados para reforçar a superioridade e o poder de seu grupo. Desse modo, pode-se dizer que a mestiçagem foi projetada numa tentativa de colocar em prática o projeto de diluir a negritude até o seu desaparecimento. De maneira estratégica, a fim de legitimar a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, isto é, por meio de um etnocídio (Munanga, 1999, p. 110). Além disso, no Brasil a mestiçagem foi estruturada inicialmente para atuar como uma etapa de transição de uma raça para outra, ou seja, desenvolvendo a função de peça central do movimento de branqueamento da população brasileira. Conforme o discurso colonial, o objetivo final de seu projeto esteve firmado na crença de que o país poderia ter uma identidade nacional única (Munanga, 1999, p. 112). Para isso, seria necessário apagar as diferenças, e nesse processo, conferir o status de superior à raça dominante.

Um dos recursos utilizados para efetivar esse projeto foi conceber o produto de sangue misto, a partir do estupro cometido contra as mulheres negras e indígenas, pelos brancos da sociedade dominante (Nascimento, 2016, p.83). Sem dúvidas, a colonização e o regime escravocrata contribuíram profundamente para colocar em prática a mestiçagem. Entretanto, a tentativa de misturar ao sangue negro um sangue de origem branca e “puro” não se concretizou em sua totalidade. A “infusão” do sangue e dos elementos culturais da classe dominante resultou na transculturação, e constituiu o Brasil como o país mais colorido do mundo em termos de raça. Entretanto, como Munanga (1986) reitera: “podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação[...]”. O racismo é uma estrutura de poder (Moore, 2017, p.16) e sustenta os mitos criados para legitimar a relação binária entre o branco e negro, onde o negro é quem ocupa a posição do “outro” inferior.

É nesse sentido que o colorismo é caracterizado: enquanto mecanismo do racismo para sustentar o conflito com a identidade. Além disso, o colorismo permite a livre discriminação de alguns indivíduos pela aproximação de seus elementos com a sociedade branca, e fortalece o não reconhecimento das violências, que estão mascaradas pelo falso pertencimento (Francisco, p.103, 2018). Dado o contexto étnico-racial, os desdobramentos dos conflitos com a identidade deram vida à criação de um limbo, “que recebe esse nome pela obviedade do que ele é: um (não) lugar onde pardos estão, cuja característica principal é a ausência de identidade e consciência racial” (Gomes, 2019, p.70). Ou seja, um espaço marcado pela não-identificação cultural e social dentro da divisão de raça no país. Além disso, uma de suas características principais é o não-reconhecimento do seu próprio corpo e dos elementos culturais do seu povo. O resultado é confirmado pelas estatísticas que quantificam a divisão racial do Brasil. De acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizado em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no qual fornece estimativas sobre características da população brasileira, incluindo a distribuição por cor e raça, apenas 8,2% se autodeclarou como preta, enquanto 46,8% se autodeclarou como parda. Ainda assim, embora haja uma mudança nos números do último Censo realizado em 2022, no qual 10,2% da população se autodeclara como preta e 45,3% como parda, é possível perceber os efeitos advindos dessa tentativa de etnocídio.

A auto-identificação é o elemento utilizado para reafirmar o reconhecimento das características étnicas e raciais de cada povo. Elas são importantes pois, se o indivíduo não identifica o seu lugar de pertencimento dentro da estrutura dominante, também não é capaz de reconhecer as violências diárias que tentam aniquilar sua vida. E por conseguinte, suas possibilidades de movimento e enfrentamento contra essas violências são limitadas ou inexistentes, uma vez que estão mascaradas pela negação do pertencimento. Essa estratégia, cuja característica principal é a ausência de identidade e na qual a expectativa é exterminar o negro por meio da mestiçagem pode ser caracterizada como racismo. Segundo Foucault (2010), o racismo é uma tecnologia criada para facilitar, justamente, o exercício do poder sobre a vida. Fundamentada no conceito de *biopoder*, responsável por regular a distribuição da morte e tornar possível o genocídio, é ela quem ordena quais condições práticas devem ser atribuídas aos sujeitos considerados como inimigos e qual é o destino para esses corpos. É assim que o Estado exerce a soberania. Assegurando o controle sobre os grupos que são descritos como inferiores e não civilizados.

Nesse sentido, Silvio Almeida (2019, p.115) mostra que o racismo tem duas funções ligadas ao poder do Estado: a de fragmentação, que atua a partir de uma divisão biológica da

espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, e classificações de raças, ou seja, estabelecendo uma linha divisória entre superiores e inferiores, bons e maus, entre quem vive e quem morre; e a de permissão, em que existe um consentimento para firmar uma relação positiva com a morte do outro. O discurso político da divisão biológica e da pureza da raça é o que alimenta a emergência de combater um inimigo ficcional, que é concebido no intuito de conferir poder ao grupo de “heróis” que confrontam o “mal”. Nesse caso, esse “mal” tem cor e classificação social. Um discurso centrado na ideia de enfrentamento como um ato em defesa de sua própria vida. Isso é o que define o estado de exceção, um cenário em que “o Estado suspende o Direito por fazer jus à autoconservação” (Schmitt, 2006, p.13).

A negligência com as condições impostas aos dominados nesse cenário regido pela soberania do Estado revela como o necropoder, conceituado pelo sociólogo Achille Mbembe (2018), opera como política de terror sobre os corpos não brancos. A partir de uma relação positiva com a ideia de deixar o outro morrer sem interferir, para que a culpa do extermínio não recaia sobre eles. Nesse sentido, Mbembe (2018, p.146) nos propõe refletir que

a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”.

Nessa perspectiva, a brutal violência policial, constantemente midiaticizada, que aniquila os corpos em nome de uma suposta “guerra às drogas ou ao crime” em diversas regiões do Brasil, é um exemplo de como essa política funciona na prática. Ou também, a omissão do Estado em relação às vidas localizadas abaixo da linha da pobreza, visivelmente excluídas dentro de uma desigual classificação social.

Por essa razão que é fundamental compreender os contextos sociais e políticos nos quais nossos corpos estão inseridos para também entender como o mito da democracia racial atua estrategicamente, agindo como dispositivo de genocídio de corpos não-brancos, maioria populacional do Brasil. A consciência racial é esse movimento de resgate dos elementos que compõem a identidade dos sujeitos. É uma tecnologia de sobrevivência que permite a (re)existência dentro desse sistema hegemônico de dominação. Já dizia Abdias do Nascimento (2016, p. 112):

Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos por dentro e por fora. (...) O processo de assimilação ou de aculturação não se relaciona apenas à

concessão aos negros, individualmente, de prestígio social. Mais grave, restringe sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro e o mulato até à intimidade mesma do ser negro e do seu modo de autoavaliar-se, de sua autoestima.

Esse controle sobre o exercício da vida, já abordado, acontece a partir de um conjunto de imagens e palavras emitidas culturalmente por um grupo minoritário branco fundamentalmente baseado em um sistema colonial. O fardo entre disputar espaços dentro de uma cultura que favorece as características que compõem esse ideal de Ego branco, força a internalização de um padrão violento identificatório que é marcado pela incompatibilidade com as propriedades biológicas de nosso corpo (Costa, 1983). Portanto, compreender as violências produzidas contra nosso corpo, definidas pelos marcadores de gênero, classe e raça, é fundamental para visualizar as feridas inscritas na pele, porém, mascaradas numa tentativa inconsciente de afastar a dor. Essa opressão parte do objetivo de destruir a identidade do sujeito. Uma vez que a construção do perfil identitário é orientada por regras que instruem sobre o que é permitido ou proibido socialmente e são elas que garantem o direito à existência individual ou coletiva.

2.2 Afrodiáspora: Os condenados da terra

O processo de globalização, sustentado pela tensão entre os pólos de conflitos europeus numa era de corrida pela exploração e conquista de poder, desonrou as histórias de povos africanos. Além disso, por meio de uma lógica colonial, ele também introduziu um pensamento que desconsidera a vasta extensão cultural residente dentro do continente. Suprimindo a diversidade de povos, tribos, culturas e línguas, e negando a multiplicidade dos territórios culturais e das características específicas de cada sociedade africana. Com a desterritorialização, os meios tradicionais de produção cultural característicos de nossos antepassados raptados do continente africano, ficaram limitados às ferramentas disponíveis no Novo Mundo.

É dentro de cada território que se constituem os sistemas de regras que orientam o seu povo, e a demarcação de um espaço permeado pelas diferenças entre seus integrantes. Além disso, a relevância desse espaço está ancorada no desenrolar da narrativa histórica da comunidade. O território é fundamental para construção e aprimoramento das identidades de cada sujeito participante. Ter em mãos características identitárias exclusivas é o que o confere sua localização enquanto indivíduo e difere as suas produções culturais das outras. Por

consequência do tráfico transatlântico, a brusca ruptura da conexão com o que era avaliado como território forçou o desenvolvimento de uma nova “África” e uma reestruturação das identidades culturais. O sociólogo e teórico cultural Stuart Hall (2003, p.36-37) reflete sobre as reorganizações e a implementação de novos meios de produção a partir das transformações ocorridas com a diáspora:

Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o "lugar". Disjunturas patentes de tempo e espaço são abruptamente convocadas, sem obliterar seus ritmos e tempos diferenciais. As culturas, é claro, têm seus "locais". Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam. O que podemos mapear é mais semelhante a um processo de repetição-com-diferença, ou de reciprocidade-sem-começo.

O trânsito resultante da globalização e da desterritorialização dificultou a determinação do lugar inicial da produção cultural. Como consequência, embora busquemos nos reconectar com a ancestralidade, tornou-se inviável percorrer todo o trajeto de retorno até o ponto principal de partida. Mesmo que esse deslocamento seja mobilizado pelo desejo de restaurar a comunicação direta com os referenciais anteriores.

De acordo com Martins (2021, p.45), a base do conhecimento e dos valores nas Américas foram “reterritorializados, reimplantados, refundados, reciclados, reinventados, reinterpretados, nas inúmeras encruzilhadas históricas derivadas dessas travessias”. Por meio da análise do que se repete entre os diferentes grupos advindos do tráfico transatlântico e do que nasce nesse movimento, é possível compreender que a noção de territorialidade foi movida para um lugar criado e habitado na linha do tempo. Numa tentativa de sobreviver aos deslocamentos, a encruzilhada criada nesse processo possibilitou o surgimento de novos caminhos de construção de saberes. Novas identidades culturais surgiram nesse cruzo, e levaram em consideração as trocas transculturais, os processos de transplante, sincretização e despolarização da cultura. Um movimento de metamorfose e readequação em um espaço provisório.

A afrodiáspora é esse movimento não-linear que permitiu o desenvolvimento de diversas tecnologias, com objetivo de criar ferramentas que fortaleçam a luta contra o extermínio e o apagamento identitário dos corpos negros. Recriado com a finalidade de garantir a sobrevivência, e estruturado a partir de um sistema de regras que tem como o objetivo do fortalecimento psíquico interno, o quilombo também pode ser interpretado como um instrumento tecnológico capaz de dar conta das violências externas e da produção de

ferramentas interculturais. Nesse sentido, a intelectual Maria Beatriz Nascimento (2018, p.137) compreende que:

O quilombo no momento é importante justamente como eu disse para uma tentativa de autonomia do negro, de se entender como pessoa, porque é uma coisa sabida pela gente que o negro não é reconhecido como pessoa, é reconhecido como uma coisa estética, como o contribuidor cultural, como o escravo, o pobrezinho, mas não como o homem atuante dentro dessa sociedade brasileira.

Longe de ser um reduto para “fugitivos” nas condições de escravizados, o quilombo foi um território alternativo que o negro criou. Em um contexto de maus tratos, torturas, tentativas de apagamento da identidade, e outros tipos de violências, os negros que conseguiam fugir do sistema de opressão com condições psíquicas consideradas normais ousaram imaginar para si a possibilidade de construção de um espaço social que não se assemelhasse a ordem escravocrata (Nascimento, 2022).

Diferente da ideia que o concebe em um cenário de guerrilha e insurreição dos “negros fujões”, as estratégias desenvolvidas com a organização estrutural dos territórios quilombolas foram eficazes para o enfrentamento das tentativas de aniquilamento e desmonte. Os símbolos de resistência, reconstruídos a partir das manifestações culturais desses espaços, seja por meio da comida, das expressões religiosas, da dança, da capoeira, da construção das casas, etc. conferiram a sabedoria para cultivo da força que viabilizou o embate na luta contra as tentativas de roubos das identidades dos corpos negros traficados. Essas organizações afrobrasileiras coordenaram a produção de saberes tradicionais importantes para a construção do país.

Observando esse cenário, onde a ruptura com o sistema escravocrata de opressão significou a possibilidade de liberdade para os corpos aprisionados e impediu o apagamento total das identidades individuais, o quilombo pode ser compreendido como um “lugar sagrado”. Mobilizado pelo desejo de liberdade para produzir e retomar aos saberes e valores ancestrais, além de viabilizar a conexão com o território. Nesse sentido, “uma ação positiva para recriar a ligação primordial do homem com a terra” (Nascimento, 2022, p.45).

Outrossim, o conhecimento produzido dentro das comunidades quilombolas orientou o processo de desenvolvimento de aparatos tecnológicos, tanto para serem usados em momentos incisivos de confronto e guerrilha, quanto nos períodos de recuo para o fortalecimento da comunidade. Uma sabedoria inserida no espaço temporal capaz de possibilitar ao corpo negro ferramentas para prosseguir (re)existindo no mundo.

Nesse sentido, o quilombamento se apresenta como uma tecnologia simbólica e ancestral, própria da organização das comunidades negras, pensada no contexto da subjugação social justificada pela diferença e separabilidade aplicadas a partir da raça, com o objetivo de criar possibilidades de existência alternativa às condições de opressão impostas no momento histórico e que compreende a fuga, a organização interna e o enfrentamento por meio da luta como mecanismos de resistência e sobrevivência. (Souto, 2021, p.154-155).

O ato de quilombar se torna imprescindível no trajeto de (re)encontro com nossa identidade. Ele compreende a necessidade de transitar por caminhos desviantes daqueles definidos pela organização social, que orienta sobre o direito à vida e o direito à morte de nossos corpos. Além disso, sua ação diz respeito a criação de um espaço onde a experiência de estar em comunidade - compartilhar vivências obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas, tecer estratégias, planejar levantes, trocar informações, instruir-se uns aos outros - seja proporcionada pela possibilidade de ocupar uma zona de segurança, de acolhimento e fortalecimento (Souto, 2021, p.155). Em suma, numa ação de habitar o espaço-tempo cultural, o quilombamento é tecnologia ancestral desenvolvida estrategicamente por nossos ancestrais para enfrentar as questões de seu tempo. E que ainda na atualidade continua servindo como suporte primordial para lutar contra o sistema hegemônico de poder.

3 O Averso da Pele

As identidades imaginárias reforçadas pelas representações de personagens negros em obras jornalísticas e literárias podem contribuir para a construção de histórias sobre corpos semelhantes e fazê-las serem interpretadas como legítimas. A partir da reflexão sobre os padrões universais que alimentam a mídia brasileira é possível compreender que as referências que orientam o imagético dessas identidades, recriadas dentro da literatura jornalística, são influenciadas pelas pressões e ofertas do mercado capitalista. Haja vista que ele também é o responsável pela atribuição de valor aos corpos e, conseqüentemente, às narrativas, ao definir a posição em que cada grupo racial ocupa dentro delas. Por conseguinte, esses padrões imagéticos possuem grande relevância no papel que certos personagens assumem dentro de uma história e pode contribuir para a desvalorização de uns em detrimento de outros, bem como para a construção de um imaginário pautado na superioridade de determinados grupos raciais.

Com o objetivo de barrar a produção dessas narrativas jornalísticas que acabam por contribuir com a reprodução de violências relacionadas ao corpo negro é que proponho refletir neste capítulo sobre outras possibilidades de caminhos para traçar representações de identidades negras. Além disso, como ocupar o espaço de produção da literatura jornalística com o desenvolvimento de obras que abordam experiências sociais de identidades negras? Como fazê-lo a partir de perspectivas técnicas que valorizem o potencial de uma escrita leal às subjetividades produzidas por cada indivíduo envolvido no processo e também a relação entre oralidade, memória e ancestralidade? Dessa forma, busco trabalhar o conceito de escrevivência, apresentado pela intelectual brasileira Conceição Evaristo (1995), como ferramenta metodológica capaz de preservar a dignidade e considerar as subjetividades dos envolvidos afim de percorrer o trajeto de transcrição do produto e viabilizar a gestação de uma obra literária que reflita o negro sendo visto por ele mesmo.

Além disso, como é possível garantir a qualidade do resultado e o envolvimento da voz jornalística, responsável por reunir e organizar os elementos que irão estruturar o produto final em todo o percurso de investigação, coleta e análise do testemunho dos participantes? Para elucidar essa questão proponho debater sobre a possibilidade de explorar o desenvolvimento da história oral (Hampaté, 2010) como tecnologia para conduzir a prática do projeto. Uma vez que ela é um recurso que prevê o planejamento das ações, valoriza a tradição oral e garante a possibilidade de transcrição das memórias dos interlocutores,

ambos essenciais para a construção de uma narrativa que dialogue com uma memória coletiva capaz de dar conta das identidades do personagem a ser representado.

3.1 Subjetividades: O negro visto por ele mesmo

Historicamente, os discursos jornalísticos associados ao corpo negro aprisionam a nossa imagem dentro de estereótipos que nos representam ocupando o lugar do *Outro*, caracterizado como inferior e animalizado. Nesse sentido, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2019) pondera que: “O problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história.” Na obra *O perigo da história única*, Chimamanda analisa de modo didático sobre as consequências de legitimar uma única história: “ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes” (Adichie, 2019). Além disso, por ter em sua base a reprodução dos padrões universais, a história única também coloca em risco as subjetividades produzidas por cada indivíduo.

Por subjetividade, Guattari e Rolnik (1996, p. 42) compreendem que:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (Guattari e Rolnik, 1996, p. 42).

Por ter sido fabricada e modelada a partir das relações do indivíduo com a sociedade, tendo como base o intercâmbio contínuo entre o interno e o externo, o desenvolvimento das subjetividades está diretamente ligado a uma interação do indivíduo com o cotidiano e com os elementos socioculturais. A produção de subjetividades, que segundo Guattari e Rolnik (1996) é a característica do processo de singularização, não está centralizada ou totalizada no indivíduo e por isso, possui grande influência na construção de um lugar subjetivo que possa viabilizar a existência individual e coletiva de diferentes corpos.

Ao ser interpretada como legítima, a história única reafirma a função dos padrões sociais, que detêm a capacidade de desmanchar os modos singulares de vida e de retratar os personagens apenas como meros indivíduos, resultados de uma produção em massa. Dessa forma, ao repetir os mesmos padrões narrativos, descritivos ou imagéticos nas representações

de pessoas com características semelhantes, a voz de autoridade nas narrativas jornalísticas também desconsidera a diversidade das identidades culturais. Pois os seus discursos, pautados na objetividade e na neutralidade, não dão conta de abarcar as singularidades de cada história. A singularidade é o princípio que distingue as particularidades de cada indivíduo e o torna único na ontogênese humana. Ela é produto da história das condições sociais e materiais do homem, e interfere diretamente no modo como se dá a sua relação com a natureza e com outros sujeitos (Silva, 2009, p. 172). Além disso, em sua base está estruturada a individualidade, que diz respeito às características naturais que compõem cada indivíduo, e que precisam ser abarcadas dentro das narrativas, a fim de evitar a reprodução de estereótipos.

Com o aumento da visibilidade de questões sociais nos últimos anos, o jornalismo que se pauta na objetividade, neutralidade e isenção perdeu argumentos para rebater os apontamentos feitos sobre os seus limites. Por ter sido criado, desenvolvido e reproduzido em uma sociedade desigual, marcada por questões como o racismo, o classismo e o machismo; ele também tem contribuído frequentemente para a reprodução desses fenômenos (Moraes, 2019, p.205). Tal atitude revela o descuido em preservar a dignidade dos indivíduos representados por suas narrativas e reflete na negação da existência dos elementos individuais e culturais que compõem as nossas identidades.

Outrossim, ao sermos relacionados a um estereótipo que nos destina a posição do *Outro* nas narrativas jornalísticas, em um lado de oposição a norma, essa voz que é ovacionada pela habilidade de narrar a nossa história, acaba por promover vários níveis de violências sobre o corpo negro. Nesse contexto, a jornalista Fabiana de Moraes (2019, p. 210) reflete que:

Relacionada ao valor-notícia, mas não somente, está a imensa produção de representações pouco integrais sobre pessoas, grupos e lugares. Nessas lentes opacas e enquadramentos repletos de reduções (como vimos no caso das pessoas negras), o jornalismo, mesmo de maneira não intencional, promove a manutenção de violência de vários níveis.

Desse modo, proponho que em contrapartida às posições coloniais reproduzidas pelo jornalismo pautado na objetividade, repensemos a construção de narrativas jornalísticas realocando as representações do negro para a posição de sujeito. Em conformidade ao argumento da intelectual bell hooks¹, ao buscar definir sujeitos como aqueles que: “têm o

¹ O pseudônimo bell hooks foi escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. Além disso, grafado em letras minúsculas, ele representa um posicionamento político da recusa egóica intelectual.

direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p.42 apud Kilomba, 2019, p. 28).

Opor-se ao local do *Outro* e seguir o caminho de reinventarmos a nós mesmos de (modo) novo, ambos desejos que Grada Kilomba (2019) expõe em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, podem ser pensados como ferramentas para nos tornarmos sujeitos. Esse processo de nos organizarmos para unir forças para lutar a favor da possibilidade de contar nossa história permite, contrariando a ideia da história única, a reconstrução de identidades, garante a possibilidade de sermos protagonistas, e também, que nossos saberes e valores culturais sejam valorizados.

Nesse sentido, a jornalista Fabiana de Moraes (2019, p. 205), é perspicaz ao propor explorar o jornalismo de subjetividade, íntegro e integral: “como um instrumento que subverte critérios da noticiabilidade, amplia espaço para novas (ou sufocadas) representações e que pode se assumir ativista sem que haja uma recusa da apuração profunda e da checagem de dados”. Uma vez que, para (re)escrevermos sobre a história do negro é preciso um olhar aprofundado para as nossas realidades. Desse modo, o reconhecimento das vivências cotidianas ressalta o valor do envolvimento na construção da narrativa como sendo essencial para a produção de um jornalismo de qualidade:

Como *objetos*, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos” (hooks, 1989, p.42). Essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (Kilomba, 2019, p.28)

Em conformidade com o pensamento da jornalista Rosane Borges (2012, p. 202), é certo que precisamos intervir no já-dado e no já-dito e edificar, de forma multiperspectívica, outras representações dos diferentes grupos raciais, liberando-os de suas prisões imagéticas. Pensando novas perspectivas para representar o negro dentro da literatura, a intelectual brasileira Conceição Evaristo, explora a escrevivência como uma ferramenta política para narrar nossas próprias histórias e construir novas representações identitárias.

Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda

minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência (Evaristo, 2009, s. p. apud Guimarães-Silva; Pilar, 2018, p. 36).

Me recordo de que quando ouvi falar sobre Evaristo pela primeira vez, suas obras literárias ainda me eram desconhecidas. Seu nome surgiu em diálogos que analisavam a escrita de mulheres negras, fundamentando a discussão sobre o papel de quem escreve na construção de textos e sobre como as vivências permeiam a produção de sentido. Quando de fato tive a oportunidade de conhecer sua escrita, ao ler *Olhos D'Água*, pude compreender concretamente a potência que o conceito de escrevivência assume. Nessa obra, tal qual o título afirma, estive do começo ao fim imersa em lágrimas. Ao ler histórias distintas, escritas em primeira pessoa, nas quais as representações dos personagens dialogavam com a realidade, pude enxergar novas possibilidades para pensar as construções de nossas narrativas. Conceição Evaristo evidencia a possibilidade de escrever como uma ação política. Nesse sentido, exercer a habilidade de construir sentido ao desenvolver nossas histórias nas narrativas jornalísticas subvertendo a ordem colonial que nos posiciona na margem é também um ato político.

Além disso, nomear novamente uma realidade, por meio do texto escrito ou da imagem fotográfica, exige um planejamento e cuidado com o discurso imagético que produzimos. Sob essa ótica, Duarte e Nunes ponderam:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Duarte e Nunes, 2020, p.11).

Como é possível desenvolver uma escrita capaz de abraçar as subjetividades de cada participante envolvido no processo e também preservar a individualidade de Antônio Preto? Antes de qualquer domínio a escrevivência é uma interrogação, é uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas. A proposta deste trabalho é, justamente, desenvolver a escrevivência como metodologia para registrar a história de Antônio Preto e traçar caminhos pautados na reconstrução de suas identidades. O envolvimento com todo o percurso, na posição de participante ativa na trajetória de vida de meu avô será fundamental na construção da narrativa. Aproveito aqui para reafirmar também a minha responsabilidade enquanto voz jornalística e narradora da história. Além disso, a consequência do projeto indica o potencial de uma escrita jornalística subjetiva, que expanda os horizontes da

literatura valorizando aspectos fundamentais de identidades negras presentes na linguagem. A construção de narrativas permeadas pelo olhar subjetivo de quem as organiza, ressalta a importância da responsabilidade de preservar os elementos individuais característicos do personagem representado. Um caminho possível para se pensar é a construção do enquadramento da narrativa levando em consideração os elementos socioculturais e as diferentes perspectivas acerca do mundo.

É evidente que as consequências do trajeto transatlântico possibilitaram a presença das influências africanas na língua e nas manifestações culturais do personagem Antônio Preto e de sua comunidade. Nesse sentido, as características do termo “Pretuguês”, introduzido pela intelectual Lélia Gonzalez (2020) em obras e entrevistas, podem se manifestar no produto literário como afirmação da apropriação e transformação da língua portuguesa pelos afrodescendentes, se constituindo como estratégia de ressignificação e resistência das tradições e saberes herdados. O modo de se comunicar com um vocabulário marcado por valores, ritmos de fala, tradições orais e expressões, se revela mais do que uma simples variação linguística: trata-se de um processo de ressignificação que envolve memória, identidade e resistência. Assim, a presença desses elementos influencia a representação das identidades de cada participante retratado no livro de memórias e levanta reflexões sobre os impactos e as contribuições das culturas africanas na formação de identidades nacionais.

3.2 Tradição Oral: Becos da Memória

A representação de um pássaro que se posiciona direcionado para a frente, embora mantenha a sua cabeça em sentido contrário e carregue no bico um ovo, é o que compõe o ideograma *Sankofa*. Com origem na língua dos povos akan da África ocidental, na região de Gana e parte da Costa do Marfim, o *Sankofa* integra um conjunto de símbolos gráficos nomeados de *adinkra*, e possui grande relevância pelo saber filosófico que sustenta. A partir da sua leitura é possível compreender que, embora seu corpo esteja direcionado indicando um movimento para à frente, o que o seu bico carrega é interpretado como o futuro, e está localizado na cabeça que se curva para trás, para o passado. Essa representação está ligada à uma filosofia que nos diz que para seguirmos nosso caminho é preciso percorrer o trajeto de volta ao passado, para que assim, alcancemos uma possibilidade de existir no futuro. É o movimento de retornar ao tempo anterior que guia os remanescentes de África espalhados no mundo em virtude da diáspora, pois, é justamente essa ação que indica possibilidade para

encontrar o ponto de chegada, que se sustenta pelas nossas raízes e matrizes culturais. Nele estão localizados os saberes fundamentais para concebermos possibilidades de enfrentamento frente às tentativas de aniquilamento de nosso povo.

Tal qual já posto pela educadora brasileira e militante negra Makota Valdina, em entrevista para o *Festival Agô - Música e Ancestralidade* (2017), que alinhada ao pensamento filosófico africano é perspicaz ao se referir a ancestralidade, como, sendo: “toda natureza, que foi criada pela primeira semente viva que iniciou esse mundo”. Ancorado pela força da ancestralidade, de tudo o que foi criado pelos que nos antecederam, o movimento de reconhecer o trajeto trilhado por nossos antepassados nos permite saber sobre quem, de fato, fomos e somos. Nossa existência só é possível graças aos esforços empreendidos por todos aqueles (avós, bisavós, tataravós, etc) que ousaram resistir ao sistema colonial, recriando tecnologias com as ferramentas disponíveis dentro dos territórios brasileiros. E são esses saberes culturais produzidos por nossos ancestrais que promovem a vida. Conforme nos contempla Tierno Bokar (apud Hampaté, 2010, p. 167), grande mestre da ordem muçulmana de Tijaniyya, ao propor que:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

Por isso, antes de mais nada, o saber ancestral cultivado e transmitido por meio da oralidade é compreendido como uma tecnologia de sobrevivência. Por ser a herança que reside na memória das gerações de famílias afrodescendentes e traduz experiências culturais africanas produzidas em solo brasileiro, ele permite a pulsação da vida, e consequentemente, a existência coletiva do povo preto. De acordo com Acildo da Silva (2004), a tradição oral é a responsável pela criação dessa rede de transmissão que fortalece a relação de aprendizagem informal, um elemento importante para a base e consolidação da cultura de nosso grupo. E ao integrar uma rede de transmissão, o saber ancestral desenvolve também a função de armazenar códigos que se traduzem como ferramentas, aprimoradas com o intuito de garantir a continuidade da concepção de novas identidades culturais, de conhecimentos e modos de vida. Ao refletir sobre a tradição, o sábio Mestre Didi (apud Martins, 2021, p. 48-49) nos diz que:

Quando falo de Tradição não me refiro a algo congelado, estático, que aponta apenas à anterioridade ou antiguidade, mas aos princípios míticos inaugurais

constitutivos e condutores de identidade, de memória, capazes de transmitir de geração a geração a continuidade essencial e, ao mesmo tempo, reelaborar-se nas diversas circunstâncias históricas, incorporando informações estéticas que permitem renovar a experiência, fortalecendo seus próprios valores.

Além disso, ao estar em contato íntimo com seu grupo em um tempo presente, o que se situa no passado e é resgatado por meio da tradição oral é ressignificado e adquire novos sentidos, em decorrência das transformações provocadas pelas mudanças sociais. Nesse sentido, Evelyn Malafaia (2019) reflete que os conhecimentos e práticas culturais, acumulados e produzidos por grupos sociais específicos, se mantêm nesse processo e caracteriza a memória coletiva. Por conseguinte, a função que a tradição oral acaba por assumir é a de contribuir para a preservação do papel dessa memória, que é desempenhado ao atuar como depositário de saberes ancestrais que contribuem para a renovação da experiência da diáspora.

Sobre o valor atribuído ao relato da realidade exposto pelo testemunho oral, o escritor malinês Hampâté Bâ (2010, p. 168) , ao colocá-lo lado a lado ao valor da escrita, reflete que nada prova que o *a priori* da escrita é mais fidedigno. De acordo com o autor, o que está por trás do testemunho é a relação do homem com a palavra, que é expressa pelos valores do responsável pelo testemunho, da rede de transmissão no qual está inserido, da veracidade das memórias individuais e coletivas e do valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Além disso, nas comunidades onde há uma prática forte da tradição oral, o entendimento da posição do narrador responsável pelo testemunho é valorizado em decorrência de suas vivências à luz de certa maturidade. Muito mais que uma prática comunicativa, a relação que é estabelecida entre o narrador e o ouvinte, significa a partilha de valores significativos e semelhantes, necessários para que a comunidade se mantenha de pé. Como já posto por Silva (2004, p.6), é daí que fundamenta a necessidade de que esses valores continuem a serem repassados e principalmente, preservados, contrariando a lógica do esquecimento, e conseqüentemente, o enfraquecimento dos grupos.

O ato de contar, nessas sociedades, mais do que presentificar a tradição oral, significa, então, transmitir, de boca em boca, todas as experiências que a ancestralidade dessa comunidade adquiriu, em seu caminhar pelo mundo material e imaterial/sobrenatural. Recuperar, pois, essa oralidade estimula os laços de solidariedade e integração social que sustentaram e sustentam essa memória coletiva.

Conforme o processo de concepção da memória coletiva, a socialização de experiências pessoais, constituída pela mediação da história narrada e da escuta atenta,

também contribuem para a gestação dessa nova história, que é marcada pelos atravessamentos que compõe a identidade do narrador, e são manifestados antes mesmo da ação de abrir a boca, por meio da linguagem corporal. Os discursos que integram o testemunho em uma história oral consegue dar conta da dimensão do que também não é falado, mas é verbalizado ou integrado à oralidade, como o gesto, lágrimas, risos, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais (Meihy e Loyola, 1996).

Desse modo, ao ser apropriada como método, a história oral traz à tona elementos que possibilitam a compreensão dos processos de recordação e construção da memória do depoente, caracterizados como diálogos que triangulam entre a experiência do passado, o contexto presente e a cultura que se recorda, no mesmo tempo em que tecem suas identidades enquanto sujeitos étnicos (Silva, 2004). Assim, o registro exato e a verdade comprovada não ganham relevância quando o interesse está no contato com recursos, por meio da rede de transmissão oral, que possibilitem a construção de um novo espaço de existência para as identidades de Antônio Preto. Por conseguinte, a metodologia escolhida permite visualizar o alcance das dimensões do que é produzido no coletivo, e a partir disso, contribui também o envolvimento com um jornalismo de subjetividade.

4 Torto Arado

A proposta deste trabalho é centrar as atenções na produção de um jornalismo de subjetividade, por meio da concepção de um livro de memórias que registra saberes culturais cultivados por um grupo familiar da comunidade de Barro Vermelho e Riacho de Baixo, localizada no sertão baiano, em Riacho de Santana. Reivindicar o direito de narrar a história do povo negro a partir de sua própria perspectiva é, antes de tudo, um gesto político. Essa ação contribui diretamente para a construção de uma memória coletiva que represente esse grupo de forma digna e preserve suas identidades culturais.

O livro *Além do Tempo* se propõe a narrar a trajetória de Antônio Preto, um homem negro de pele retinta, por meio de três grandes eixos: **Rumo a São Paulo, Interior da Bahia e Árvore**. A primeira parte relata sua relação com os filhos e amigos que migraram para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Entre os dias dois e dez de setembro de 2023 estive visitando familiares e amigos que tiveram a oportunidade de produzir memórias na companhia de meu avô. Durante esse período também realizei uma atividade de rememoração coletiva, a partir de vídeo-cartas que foram gravadas por Antônio Preto em 1996. Fiz o convite a Cleusa (irmã de criação) e Regina, ambas mãe e filha, e a Cristiane (neta) e sua família, para se reunirem na casa de tia Duca em um almoço de domingo. Nesse dia, assistimos a vários registros e nos lembramos juntos, com a participação dos netos e dos filhos, da comunidade, das tradições culturais e das identidades de meu avô. Foi um momento norteador para planejar a viagem seguinte e os caminhos que seriam tomados.

A segunda parte do livro mergulha profundamente nas tecnologias e práticas culturais desenvolvidas por quem escolheu permanecer e resistir no sertão, como os caldeirões para captação de água no lajedo, as rodas de samba, a produção de farinha, os festejos como a Folia de Reis e a Cavallhada Mourama. Nela busco explorar a relação do território e suas influências na produção das subjetividades que atravessam cada indivíduo. A reconstrução do cenário onde meu avô viveu boa parte de sua vida também contribui para compreender sobre os atravessamentos que formam a sua identidade. E é a partir do território, do solo que nutre a minha trajetória, que sigo para a terceira parte. Ela é o reflexo de meu lugar dentro dessa história: o olhar de neta que percorre o passado do avô para reconstruir memórias, afetos e ensinamentos. E a partir dele, consegue ter uma compreensão maior de seu cotidiano, dos conflitos, das dores e dos atravessamentos que compõem a própria identidade.

A estrutura da obra foi pensada para reunir as vozes de personagens que conviveram diretamente com Antônio Preto — como Dona Supriana, Dona Esperança, tia Maurícia, tia

Dalva, vó Maria, professor Joacyr, minha mãe Domingas, tio Edson, tio Vitorino, Dona Helena, Pedro, tio Arlindo, Ferreirinha e tantos outros. Essa escolha por uma escrita subjetiva, atravessada pela escuta atenta e pelo envolvimento emocional, permitiu a criação de um espaço-memória que articula oralidade, ancestralidade e resistência. Ao invés de adotar o formato tradicional de entrevista, optei por encontros íntimos, acompanhados de café, almoço ou lanche — momentos que acolhem a comunicação corporal, os silêncios, os gestos, os risos e as pausas.

A proposta estética do livro acompanha essa visão. A subjetividade expressa na diagramação é marcada por uma paleta de cores em tons terrosos, que remetem ao solo do sertão nordestino, no começo e no meio, e pela presença da cor verde na terceira parte, que representa o retorno ao começo novamente. Um diálogo com o tempo da seca e o tempo da chuva, onde o verde é a simbologia da esperança e do que pode brotar quando a chuva molha a terra. Seguindo essa lógica, a tipografia faz uma breve referência à literatura de cordel e valoriza a estética popular e regional tão forte no sertão do nordeste. A ilustração inicial que compõe a capa traz uma releitura das representações de Antônio Preto, com símbolos que sintetizam sua trajetória e sua identidade.

A decisão de utilizar uma linguagem literária no produto final dialoga diretamente com a valorização do letramento básico e da luta pelo acesso à educação — elementos centrais na vida de Antônio Preto. Ele fez inúmeros sacrifícios para garantir que seus filhos e netos pudessem estudar e acessar novas possibilidades de vida. Apropriar-se da escrita e da oralidade é um ato de retomada, pois ambos nos foram historicamente negados. A palavra, seja falada ou grafada, também nos pertence. Por isso, o livro é dedicado às gerações que vieram antes, mas também às que virão — sobretudo aos moradores de Riacho de Santana, público-alvo da obra, com o objetivo de descentralizar as narrativas historicamente contadas pelas elites locais e por famílias que carregam em seu nome o rastro de um passado escravocrata.

Contudo, preciso ressaltar que o caminho até aqui não foi fácil. Um dos maiores desafios foi conciliar o tempo escasso com a carga de trabalho e estudos. Como mostro no livro, minha rotina foi (e ainda é) exaustiva. Para quem é preto, entrar na universidade já é difícil; permanecer nela, então, é ainda mais desafiador. Trabalhar, estudar e, ao mesmo tempo, conduzir um projeto tão grande exigiu de mim um esforço imenso. Também enfrentei dificuldades durante o percurso de orientação do projeto, o que me fez buscar apoio em um novo orientador. Com o tempo, acabei compreendendo que isso era, em partes, pela grande

quantidade de histórias e temas que eu tentava abarcar. E pela quantidade de material em minhas mãos. Precisei traçar limites para conseguir prosseguir.

Ouvi várias pessoas — Odila e Tim, Tia Josefa, Tia Cleusa e Regina, Tia Duca, Maria Imaculada e suas filhas, Andreia e Adriana, entre outros —, mas nem todas tiveram suas histórias incluídas no livro. Foi difícil fazer essa seleção. Demorei muito a aceitar que não teria tempo hábil para contar tudo. Ainda assim, precisei adiar minha conclusão de curso por dois semestres, sacrificando finais de semana, férias, descanso e saúde mental. Cheguei a considerar entregar o trabalho incompleto, apenas para conseguir meu diploma e, depois, continuar com calma. Mas as circunstâncias não permitiram. E hoje, mesmo com o atraso, sinto orgulho por ter dado o meu máximo.

Todas as ações mobilizadas em torno desse projeto geraram grandes retornos — afetivos, acadêmicos, sociais. E também levantaram questões importantes para a prática jornalística. Aprendi que não é possível construir uma narrativa sem estar verdadeiramente envolvida com ela. Trabalhar com memórias exige cuidado, atenção e sensibilidade para ouvir. A verdade é subjetiva — moldada por quem narra e por como lembra. As memórias sobre Antônio Preto revelam a força de um homem que marcou sua comunidade, e também a importância de reconhecer e valorizar as pessoas que constroem saberes invisibilizados pelo racismo estrutural, pela classe social e pelo gênero.

Esse retorno às raízes, marcado por um olhar quase cartográfico e antropológico, me fez visualizar na prática sobre como o tempo é um catalisador de transformações para a cultura. As rodas de samba, a produção da farinha, as tecnologias do sertão agora vivem nas histórias contadas — e, por isso mesmo, precisam ser ouvidas, registradas, preservadas. Ter o privilégio de narrar isso em forma de livro é muito significativo, especialmente considerando que muitas das pessoas que entrevistei mal sabiam escrever o próprio nome. O acesso à leitura e à escrita foi e ainda é fruto de uma luta. Registrar essas trajetórias é um gesto de celebração da conquista e de valorização do saber ancestral. Hoje, sei exatamente porque quero seguir viva no futuro: tenho história, memória e a força de um povo resistente. Tenho também o dever de partilhar tudo o que aprendi nesse processo. Porque memória não é só passado — é herança, é permanência e é, sobretudo, possibilidade de futuro.

5 Considerações finais

Este trabalho foi mais do que um exercício acadêmico — foi um mergulho profundo na ancestralidade, na memória e na construção da identidade. Um percurso que me fez revisitar histórias que me antecedem, ao mesmo tempo em que me impulsionou a construir novas formas de narrá-las. O memorial que aqui se apresenta não apenas documenta o processo de investigação e escrita do livro *Além do Tempo*, mas também consolida um movimento íntimo e coletivo de autoconhecimento.

Ao buscar compreender a trajetória de Antônio Preto em seu território, entre palavras ditas e silêncios preservados, encontrei reflexos da experiência de ser negro no Brasil: as marcas visíveis e invisíveis deixadas pelo tempo, pelo descaso político, pelas estruturas que historicamente tentam apagar ou moldar nossas existências. Mas, acima de tudo, encontrei os mecanismos de resistência que florescem mesmo diante da opressão. São estratégias construídas ao longo de gerações para sustentar a vida e reivindicar a dignidade de existir.

Desde o início, todo o projeto se estruturou sob o compromisso com um jornalismo ético, que reconhece a subjetividade como parte fundamental da narrativa. Cada memória resgatada neste trabalho é mais do que uma lembrança pessoal: é um fragmento de uma memória coletiva. Reconhecer que a verdade se molda a partir do contexto e da perspectiva de quem a conta é uma postura que rompe com a pretensa objetividade jornalística, tantas vezes usada para silenciar vozes dissidentes. Nesse sentido, a oralidade como metodologia revelou-se essencial — não apenas como técnica de apuração, mas como linguagem que carrega sentimentos, gestos, pausas e afetos. Uma escuta atenta permite que essas camadas mais sutis da narrativa também venham à tona, reforçando a importância de um jornalismo que escuta com o corpo.

A experiência reafirma a urgência de narrarmos nossas próprias histórias. Frente ao desafio de construir novas perspectivas para um jornalismo de qualidade, a representação comprometida com a complexidade das identidades se torna um gesto de resistência e de responsabilidade. A diversidade que compõe o Brasil — de cor, de histórias, de vivências, de territórios — é imensa. Por que, então, não valorizá-la como eixo central das narrativas jornalísticas? Não é possível observar o mundo por um único ângulo. Por isso, insistir na ideia de um jornalismo neutro, supostamente isento, que busca uma única verdade, é uma escolha confortável para quem se beneficia das estruturas atuais. A neutralidade, nesse caso, é apenas uma forma de manutenção de poder.

A dificuldade de mergulhar na profundidade de uma história reside, muitas vezes, no fato de que ela não nos atravessa diretamente. Exige tempo, escuta, presença e, num cenário midiático saturado por informações rápidas; o tempo da escuta e da pesquisa se torna um bem cada vez mais negligenciado. No entanto, quando damos espaço para que o outro narre sua própria realidade, criamos condições para que novas formas de existir sejam legitimadas. Isso é potente. E é esse potencial transformador que *Além do Tempo* carrega: a reconstrução da trajetória de um homem negro, por meio de suas memórias e afetos, não é apenas um retorno ao passado — é uma projeção de futuro.

Essa obra é importante! Para mim, para minha família, para a sociedade. Através dela, tive acesso a mais de quarenta anos de histórias. Vocês conseguem imaginar o impacto disso para uma família preta? Para uma comunidade afro-brasileira? Tentaram nos apagar. Os rastros desse apagamento colonial ainda são visíveis, mas o registro que construímos agora é uma prova de nossa resistência. Durante todo o processo, recebi muito apoio. Minha mãe, Domingas, foi meu maior suporte. Desde o início, acreditou no projeto como uma forma de curar as dores causadas pelas violências raciais que sofremos. Ela foi minha ponte, colheu informações, indicou nomes e esteve sempre presente. Outros também estiveram comigo: tio Zé, Gessé, Felipe — companheiros de estrada, de entrevistas, de memórias. Assim, o desejo de construir ferramentas para garantir minha existência futura se transformou numa experiência coletiva. Hoje, posso afirmar com convicção que um jornalismo de subjetividade é possível, potente e transformador.

A literatura jornalística, neste contexto, se mostra uma ferramenta vital para romper o silêncio imposto a tantas vozes. Ela oferece espaço para a reexistência daqueles que, por muito tempo, foram reduzidos à ausência de suas próprias narrativas. Que este trabalho, portanto, possa ser parte de um movimento de reconexão com as raízes, de valorização das memórias e de perpetuação das histórias que moldam nossa identidade coletiva. Que outras histórias, tantas vezes esquecidas, encontrem também o seu lugar de voz, de eco e de permanência.

6 Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

AGÔ, Música e Ancestralidade. **Ancestralidade por Makota Valdina**. Youtube, 12 de dezembro de 2017. 1min19s. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=N9l4diwjRbU>> . Acesso em: 23 de julho de 2024.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BENJAMIN, Walter. “O narrador”. Consideração sobre a obra de Nicolai Leskov, In: Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política - Ensaio sobre leitura e história de cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986

BORGES, R. C. S. ; BORGES, Rosane S. . Mídia e Racismo. 1. ed. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2012. v. 1. 244p.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio: Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: Tornar-se negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social de Neuza Santos Sousa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (org.). Escrivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, 1ª edição, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FOUCAULT, Michael. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANCISCO, Mônica da Silva. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. Ensaio Filosófico, Volume XVIII, dezembro, 2018. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo18/07_FRANCISCO_Ensaio_Filosoficos_volume_XVIII.pdf . Acesso em: junho de 2024.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. Caderno de Gênero e Diversidade, v. 5, n. 1, pág 66-78, mar. 2019.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES-SILVA, P.; PILAR, O. A voz que incomoda a casa grande: a escrivência de Conceição Evaristo e a desobjetificação dos sujeitos pesquisados. In: FREITAS, V. G. (org.). Intelectuais negros: vozes que ressoam. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2019. p. 35-54.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco Brasil, 2003.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO (Editor). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017: características gerais dos moradores 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>. Acesso em: 19 mar. 2025.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALAFAYA, Evelyn Dias Siqueira. Memória Ancestral: uma potência para reconstrução de nossa história. In: **III Copen Sudeste - Vidas negras importam: afirmações de direitos das populações negras e indígenas e fortalecimento da luta anti racista.**, 2019, Vitória. Anais[...] Disponível em: https://www.copenesudeste2019.abpn.org.br/resources/anais/14/copenesudeste19/1563161717_ARQUIVO_3ef5e79ce4e28e1c9da1b38fd9ea0b02.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2024.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021b. (Encruzilhada).

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: LOYOLA, 1996.

MOORE, Carlos Wedderburn. O Racismo Através da História: da antiguidade à modernidade. 2007. Disponível em: . Acesso em: 06 junho 2024.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Revista Extraprensa*, v. 12 n. 2 (2019): Arte, política e mulheres na América Latina 12(2), 204-219, 2019. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153247>

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e Sentidos. 2a ed. São Paulo, Ática, 1986

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 140 p.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual. Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. 488 p.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro visto por ele mesmo. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NJERI, Aza. *O que é Sankofa? | Série Adinkras EP.01*. Youtube, 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3wOAVLlKhZU&list=WL&index=5>>. Acesso em 23 de julho de 2024.

SCHMITT, Carl. Teologia política. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 152 p.

SILVA, Acildo Leite da. Memória, tradição oral e a afirmação da identidade étnica. Rio de Janeiro: 27ª Reunião Anual da Anped - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 2004. Disponível em: <<https://anais.anped.org.br/sites/default/files/t211.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2024.

SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 28, p. 169-195, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 jul. 2024.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. Políticas Culturais em Revista, [S.l.], v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/pcr.v14i2.44151>. Acesso em: 02 fev. 2024.